

BOMBRIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

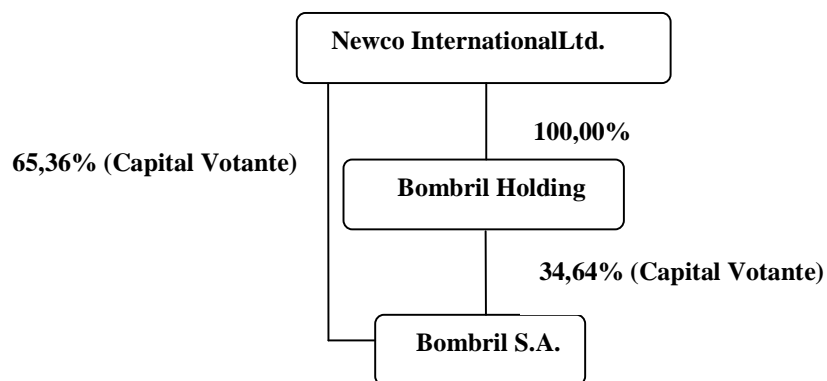
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Newco International Limited, empresa sediada na República das Bahamas, tendo como principal acionista o Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira. A sua sede e principal local de negócios se situam na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lã de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Praticce, Tanto, MonBijou, Lysoform entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Círio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A..

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

Entre estas medidas, destacamos:

- (i) Permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, negociação com os principais fornecedores e o fortalecimento dos controles internos;
- (ii) Revisão qualitativa nas políticas comerciais, buscando melhor equilíbrio nas relações com os clientes e rentabilidade dos produtos;
- (iii) Equalização do perfil de endividamento financeiro da Companhia, gerando caixa para o capital de giro e buscando recursos de médio e longo prazo no mercado financeiro, preferencialmente para os investimentos necessários à sua expansão;
- (iv) Manutenção dos investimentos industriais que são de fundamental importância para a atualização e modernização do parque fabril, além de proporcionar significativas reduções de custos;
- (v) Investimentos em campanhas de marketing para preservação e crescimento da imagem e presença dos produtos no mercado, nos diversos segmentos em que atua;
- (vi) Desenvolvimento e lançamento de diversos produtos, ampliando a cesta de soluções de higiene e limpeza, como requisito para a expansão dos negócios e maior presença da Companhia no mercado;
- (vii) Projetos de redução de custos e de desenvolvimento da malha de distribuição comercial e logística, através de projeto de “Go to Market” entre outros.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 01 de novembro de 2012, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam potencialmente produzir efeitos sobre estas informações contábeis intermediárias.

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo IASB.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Informações contábeis intermediárias Consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as Sociedades consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Essas informações contábeis intermediárias apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia.

Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Em 30 de abril de 2010, ocorreu a alteração da denominação social da Tevere Empreendimentos e Construções S.A. para Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. É controlada direta da Bombril S.A., que detém participação de 78,18% do seu capital social, está sediada em Araçariguama, Estado de São Paulo e tem como principal objetivo a construção civil, a urbanização, os melhoramentos das áreas urbana ou rural, a realização de obras de infraestrutura e de loteamento e incorporação por conta própria e de terceiros.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração está tomando as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

Constituída em 28 de maio de 2010, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. que detém participação de 60,38% do seu capital social, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

São Paulo Prime Outlets S.A.

Constituída em 27 de maio de 2011, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. que detém participação de 24,49% do seu capital social, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 100% com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	30.09.12		31.12.11	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	78,18%	0%	78,18%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,85%	12,15%
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	0%	60,38%	0%	60,38%
São Paulo Prime Outlets S.A.	0%	24,49%	0%	24,49%
Bril Cosméticos S.A.	100%	0%	75%	0%

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

i. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

k. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas informações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

n.1 *Ativos Financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

n.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria informações trimestrais individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. 3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

o. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

p. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

q. Moeda funcional

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Bombril S.A..

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii)

Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido .

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória conforme as IFRSs.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das informações contábeis intermediárias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o crédito tributário.

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Caixa e bancos	10.656	2.742	11.571	3.186
Aplicações financeiras (a)	17.180	14.037	17.396	19.010
Total	27.836	16.779	28.967	22.196

- (a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa com remuneração atrelada a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) entre 97,40% a 104%.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	Investimento mantidos até o vencimento			
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Operações compromissadas (a)	11.483	17.380	11.993	17.936
Total	11.483	17.380	11.993	17.936

(a) As operações compromissadas estão atreladas a operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 100% e 106% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Contas a receber de clientes	160.575	142.465	162.146	144.548
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(4.524)	(2.420)	(6.133)	(4.030)
Total	156.051	140.045	156.013	140.518

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
A vencer	129.020	119.935	128.977	122.018
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	20.190	12.738	20.190	12.738
De 31 a 60 dias	3.266	2.000	3.266	2.000
De 61 a 90 dias	711	817	711	817
Acima de 90 dias	7.388	6.975	9.002	6.975
	<u>160.575</u>	<u>142.465</u>	<u>162.146</u>	<u>144.548</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 30 de setembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.453)	(5.062)
Adições	(1.131)	(1.132)
Baixas	<u>2.164</u>	<u>2.164</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(2.420)</u>	<u>(4.030)</u>
Adições	(2.453)	(2.452)
Baixas	<u>349</u>	<u>349</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>(4.524)</u>	<u>(6.133)</u>

7. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Adiantamento a empregados	2.085	1.200	2.090	1.130
Adiantamento a fornecedores	216	1.506	559	1.930
Bloqueio judicial	1.709	1.649	1.829	1.776
Despesas antecipadas	3.812	798	3.914	798
Outros	-	4	-	4
Total	<u>7.822</u>	<u>5.157</u>	<u>8.392</u>	<u>5.638</u>

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Produtos acabados	32.633	30.775	34.857	30.794
Produtos em elaboração	521	908	521	908
Matérias-primas	10.639	16.638	10.639	16.638
Materiais de embalagem	11.896	11.626	11.896	11.626
Projetos imobiliários (a)	-	-	61.667	61.640
Provisão para obsolescência	(386)	(470)	(386)	(470)
Importações em andamento	378	952	378	952
Outros	1.235	939	1.235	939
Total	56.916	61.368	120.807	123.027
Circulante	56.916	61.368	79.800	82.027
Não circulante	-	-	41.007	41.000

- (a) os projetos imobiliários compreendem o empreendimento denominado Ecoville, localizado no km 46,2 da Rodovia Castelo Branco sentido capital interior e mais uma gleba de terra localizada aproximadamente no mesmo km da referida Rodovia no sentido interior capital, ambas no mesmo município de Araçariguama, Estado de São Paulo, ainda em fase de implantação. A Companhia avaliou no exercício anterior a recuperabilidade do valor contábil do terreno com base no valor de mercado menos os custos para vender e não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperação de ativos. Em 30 de Setembro de 2012 não foi identificado nenhum indício de ajuste do valor recuperável dos ativos.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(1.522)
Adições	(4.552)
Reversão de provisão	5.604
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>(470)</u>
Adições	(2.174)
Reversão de provisão	2.258
Saldo em 30 de Setembro de 2012	<u>(386)</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	4.331	1.308	4.833	1.939
ICMS a recuperar	4.165	3.982	4.356	3.982
Pis e Cofins a recuperar	608	359	620	359
Outros	44	281	66	306
Total	<u>9.148</u>	<u>5.930</u>	<u>9.875</u>	<u>6.586</u>
Circulante	7.614	3.940	7.889	4.160
Não circulante	<u>1.534</u>	<u>1.990</u>	<u>1.986</u>	<u>2.426</u>

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Vencimento</u>
<u>Contas a receber:</u>				
Em moeda local:				
Controladas				
Bril Cosméticos S.A. (a)	5.081	1.756	-	-
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	8	-		
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. (b)	11.608	145	-	-
Total	<u>16.697</u>	<u>1.901</u>		
Circulante	-			
Não Circulante	<u>16.697</u>	<u>1.901</u>		

- (a) Do total, R\$1.323 refere-se a operações comerciais com esta controlada referente a produtos acabados e movimentações financeiras diversas;
- (b) Os numerários remetidos a esta controlada, foram aplicados em suas atividades operacionais e deverão ser liquidados a medida que seja concluído o processo de negociação dos terrenos em estoque.

10.2. Passivo

Sociedades	30.09.12	31.12.11	Juros e atualização	Vencimento
Controladas				
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Bombril Overseas Inc. (a)	361.667	337.190	-	-
Em moeda local:				
Bombril Mercosul S.A. (b)	35.600	34.610	-	31/01/2017
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (b)	-	97	-	02/03/2012
Total	<u>397.267</u>	<u>371.897</u>		
Circulante	-	34.707		
Não circulante	397.267	337.190		

(a) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.p.A.. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertenciam a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento.

Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao custodiante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Círio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Círio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Círio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Círio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a

obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 30 de setembro de 2012, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de Outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (*putoption*).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [(€ 37.5 milhões)], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [(€ 2.5 milhões)].

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

(b) Saldo proveniente de operações comerciais de alugueis de bens do ativo imobilizado e movimentações financeiras.

Consolidado

10.3. Passivo

Sociedades	30.09.12	31.12.11	Juros e atualização	Vencimento
Em moeda local:				
Controladora				
Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong	-	5.000	-	(c)
Total	-	5.000		

- (c) Compreende obrigações assumidas provenientes da aquisição de participação societária na controlada Bril Cosméticos S.A., que estão sendo pagas em 4 parcelas mensais e sucessivas desde Agosto de 2012 .

Em 26 de julho de 2012 a Bombril S/A assinou um contrato para a aquisição de 25% da participação societária sendo o montante acima transferido para outras contas a pagar vide nota explicativa n.22.

10.3 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 30 de Setembro de 2012 e 2011

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Bombril Mercosul S.A.	(2.681)	(2.406)	-	-
Bombril Overseas Inc.	-	-	(24.477)	(36.819)
Total	(2.681)	(2.406)	(24.477)	(36.819)

As transações de variações cambiais junto a controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do *Guaranteed Note Program*.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 7.500 para o exercício de 2012, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 30 de abril de 2012. O montante pago até 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 4.166 (R\$ 4.375 em 2011), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não

remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	222	208	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.270	1.158	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	108.468	108.342		
Provisão para perdas	(108.468)	(108.342)		
Total	-	-		

12.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Societá Sportiva Lázio (a)	23.471	21.378	Euribor Trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	249	234	100% do CDI	-
Total	23.720	21.612		

- (a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.

Consolidado

12.3. Ativo

Sociedades	30.09.12	31.12.11	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	301.278	278.310	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	639.422	590.678	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	100% do CDI	- Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
C & P Overseas Ltd. (a)	183.142	183.142	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A.(a)	12.822	12.822	100% do CDI	-
Cirio Brasil S.A. (a)	222	208	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.270	1.158	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.232.310	1.160.472		
Provisão para perdas (b)	(1.232.310)	(1.160.472)		
Total	-	-		

12.4. Passivo

Sociedades	30.09.12	31.12.11	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Società Sportiva Lázio (a)	23.471	21.378	Euribor trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	36.712	34.426	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Agropecuária Cirio Ltda. (a)	249	234	100% do CDI	-
Total	60.432	56.038		

b) Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração em 30 de junho de 2003 decidiu constituir provisão para perdas, para dar cobertura a eventuais perdas com a realização destes direitos de crédito.

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	30.09.12		31.12.11	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	822.564	-	773.820
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	94.154	-	94.154	-
C&P Capital Invest. NV	-	301.278	-	278.310
Cirio Brasil S.A.	13.044	-	13.030	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.270	-	1.158	-
Total	108.468	1.123.842	108.342	1.052.130

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

	Controladora	
	30.09.12	31.12.11
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	217.345	217.632
Bombril Overseas Inc	321.068	299.185
Bril Cosméticos S.A.	13.498	13.805
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	-	895
Total	559.846	539.452

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	Outros Investimentos	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	220.954	273.574	-	557	7.935	1	503.021
Equivalência patrimonial	(7.975)	(9.063)	(1.195)	318	-	-	(17.915)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	4.653	33.522	-	-	-	-	38.175
Aumento de capital (B.Overseas)	-	1.152	-	-	-	-	1.152
Investimentos (Bril Cosméticos)	-	-	15.000	-	-	-	15.000
Transferência para provisão para passivo a descoberto	-	-	-	20	-	(1)	19
Saldo em 31 de dezembro de 2011	217.632	299.185	13.805	895	7.935	-	539.452

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc (b)	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	217.632	299.185	13.805	895	7.935	539.452
Equivalência patrimonial	(4.043)	(4.602)	(3.744)	(4.238)	-	(16.627)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	3.756	25.921	-	-	-	29.677
Aumento de capital / Aquisição complementar	-	564	3.437	-	-	4.001
Transferência para provisão para perdas com investimento	-	-	-	3.343	-	3.343
Saldo em 30 de setembro de 2012	217.345	321.068	13.498	-	7.935	559.846

(a) Bril Cosméticos S.A.

Em 6 de maio de 2011, a Bombril S/A integralizou o capital social na empresa Bril Cosméticos S.A. em dinheiro no montante de R\$ 11.250.

Em 7 de dezembro de 2011, a Bombril S/A integralizou o capital social na empresa Bril Cosméticos S.A. em dinheiro no montante de R\$ 3.750.

Em 26 de julho de 2012, a Bombril S/A assinou um contrato para a aquisição de 25% da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, passando a obter a participação de 100% do capital social da Bril Comésticos S.A.

(b) Bombril Overseas Inc.

Em 26 de outubro de 2011, a Bombril S/A aumentou o capital social na empresa Bombril Overseas Inc. em dinheiro no montante de R\$ 1.152.

Em 24 de abril de 2012, a Bombril S/A aumentou o capital social na empresa Bombril Overseas Inc. em dinheiro no montante de R\$ 564.

Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	30.09.12							31.12.11			
	Patrimônio							Patrimônio			
	Participação líquido							líquido			
Ativo	Passivo	Capital social	Receita Líquida	direta no capital social	(passivo a descoberto)	Resultado do período	Equivalência patrimonial	Resultado do período	Equivalência patrimonial		
Bilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	221.444	4.059	160.329	-	100%	217.345	(4.043)	(4.043)	217.631	(7.975)	(7.975)
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	59.592	51.434	93.819	-	78,18%	(4.316)	(5.420)	(4.238)	1.145	407	318
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	14.849	21	16.160	-	-	14.829	(49)	-	14.878	(1.077)	-
São Paulo Prime Outlets S.A.	250	4	398	-	24,49%	246	(152)	-	4.623	3.793	
Bombril Mercosul S.A.	238.458	60.623	101.375	2.433	-	176.826	(3.333)	-	180.159	(6.687)	-
Bril Cosméticos S.A.	22.553	5.081	20.000	2.781	100%	13.498	(3.346)	(3.744)	13.406	(1.594)	(1.195)
Bombril Overseas Inc.	366.416	864	1.153.192	-	87,83%	365.552	(5.240)	(4.603)	340.551	(10.321)	(9.063)
	923.562	122.086	1.545.273	5.214	-	783.980	(21.583)	(16.628)	772.393	(23.454)	(17.915)

14 IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	depreciação (%)	30.09.12 Líquido	31.12.11 Líquido	depreciação (%)	30.09.12 Líquido	31.12.11 Líquido
Terrenos		-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	164	166	2 a 14	69.450	70.901
Instalações	3 a 50	7.890	6.580	3 a 50	8.192	7.112
Máquinas e equipamentos	3 a 50	54.685	51.071	3 a 50	89.664	85.839
Móveis e utensílios	10 a 50	1.117	1.181	10 a 50	1.322	1.432
Veículos	17 a 25	939	1.169	17 a 25	945	1.176
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	575	615	20 a 50	632	617
Imobilizações em andamento (a)	-	20.044	31.515	-	23.649	37.077
Importações em andamento	-	-	16	-	-	16
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	21.614	18.395	4 a 8	21.614	18.395
Outros bens	25	1	2	25	132	133
Total		<u>107.029</u>	<u>110.710</u>		<u>309.792</u>	<u>316.890</u>

(a) Em 30 de setembro de 2012, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e ênfase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia. Grande parte destes valores refere-se ao ano de 2011 no qual segundo os engenheiros da Companhia os saldos substancialmente serão realizados ainda em 2012.

Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultado em uma mais valia época de R\$ 89.503 registrado tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 59.074 (R\$ 61.300 em 31 de dezembro de 2011), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

14.2 Movimentação Controladora

Custo	Equip.de										Total
	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.10	248	11.208	62.305	2.130	1.143	2.916	26.730	3.195	18.221	35	128.131
Adições	-	571	4.807	200	613	180	13.240	1.429	3.172	-	24.212
Baixas	-	-	-	-	(184)	(4)	-	-	-	-	(188)
Transferências	-	20	13.020	-	-	18	(8.455)	(4.608)	5	-	-
Saldo em 31.12.11	248	11.799	80.132	2.330	1.572	3.110	31.515	16	21.398	35	152.155
Adições	-	789	946	14	-	180	6.231	102	456	-	8.718
Baixas	-	-	(416)	(8)	(35)	(257)	(770)	(16)	-	-	(1.502)
Transferências	-	1.397	11.882	77	-	4	(16.932)	(102)	3.674	-	-
Saldo em 30.09.12	248	13.985	92.544	2.413	1.537	3.037	20.044	-	25.528	35	159.371

Depreciação acumulada	Equip.de										Total
	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.10	(83)	(4.268)	(21.892)	(959)	(304)	(2.187)	-	-	(1.417)	(35)	(31.145)
Adições	1	(951)	(7.169)	(190)	(194)	(308)	-	-	(1.586)	2	(10.395)
Baixas	-	-	-	-	95	-	-	-	-	-	95
Saldo em 31.12.11	(82)	(5.219)	(29.061)	(1.149)	(403)	(2.495)	-	-	(3.003)	(33)	(41.445)
Adições	(2)	(876)	(8.798)	(151)	(208)	(219)	-	-	(911)	(1)	(11.166)
Baixas	-	-	-	4	13	252	-	-	-	-	269
Saldo em 30.09.12	(84)	(6.095)	(37.859)	(1.296)	(598)	(2.462)	-	-	(3.914)	(34)	(52.342)
Saldo líquido em 31.12.10	165	6.940	40.413	1.171	839	729	26.730	3.195	16.804	-	96.986
Saldo líquido em 31.12.11	166	6.580	51.071	1.181	1.169	615	31.515	16	18.395	2	110.710
Saldo líquido em 30.09.12	164	7.890	54.685	1.117	939	575	20.044	-	21.614	1	107.029

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.10	94.192	87.560	17.521	166.629	6.940	1.535	6.159	26.730	3.195	18.221	179	428.861
Adições	-	-	571	4.807	200	613	180	18.802	1.429	3.172	-	29.774
Baixas	-	-	-	-	-	(184)	(4)	-	-	-	-	(188)
Transferências	-	-	20	13.020	-	-	18	(8.455)	(4.608)	5	-	-
Saldo em 31.12.11	94.192	87.560	18.112	184.456	7.140	1.964	6.353	37.077	16	21.398	179	458.447
Adições	-	-	789	1.480	15	-	244	8.883	102	456	-	11.969
Baixas	-	-	-	(393)	(21)	(35)	(653)	(770)	(16)	-	-	(1.888)
Transferências	-	-	1.397	16.491	77	-	4	(21.541)	(102)	3.674	-	-
Saldo em 30.09.12	94.192	87.560	20.298	202.034	7.211	1.929	5.948	23.649	-	25.528	179	468.528

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.10	-	(14.729)	(9.586)	(82.034)	(5.444)	(461)	(5.446)	-	-	(1.686)	(48)	(119.434)
Adições	-	(1.930)	(1.414)	(16.583)	(264)	(422)	(290)	-	-	(1.317)	2	(22.218)
Baixas	-	-	-	-	-	95	-	-	-	-	-	95
Saldo em 31.12.11	-	(16.659)	(11.000)	(98.617)	(5.708)	(788)	(5.736)	-	-	(3.003)	(46)	(141.557)
Adições	-	(1.451)	(1.106)	(13.754)	(197)	(209)	(228)	-	-	(911)	(1)	(17.857)
Baixas	-	-	-	1	16	13	648	-	-	-	-	678
Saldo em 30.09.12	-	(18.110)	(12.106)	(112.370)	(5.889)	(984)	(5.316)	-	-	(3.914)	(47)	(158.736)

Saldo líquido em 31.12.10	94.192	72.831	7.935	84.595	1.496	1.074	713	26.730	3.195	16.535	131	309.427
Saldo líquido em 31.12.11	94.192	70.901	7.112	85.839	1.432	1.176	617	37.077	16	18.395	133	316.890
Saldo líquido em 30.09.12	94.192	69.450	8.192	89.664	1.322	945	632	23.649	-	21.614	132	309.792

15 INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.332	20.000
Software (b)	2.927	2.167	3.034	2.175
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. (c)	-	-	7.935	7.935
Total	2.927	2.167	29.301	30.110

(a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A.. Em 26 de julho de 2012, a Companhia assinou um contrato para a aquisição de 25% restante da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, repactuando o preço de aquisição para o montante de R\$ 18.332 .

(b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

(c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio Líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominados químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 12,40% ao ano (11,25% ao ano em 2010).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do

volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

Aquisição de marcas

Em 06 de maio de 2011, a Companhia celebrou Contrato com Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong para aquisição das marcas Ecologie, Nick&Vick, Natural Pro e Aquatress, entre outras, através da empresa Bril Cosméticos S.A no valor total de R\$20.000.

15.2 Movimentação –Controladora

Custo	Software
Saldo em 31.12.10	5.936
Adições	270
Saldo em 31.12.11	6.206
Adições	1.549
Baixas	(148)
Saldo em 30.09.12	7.607
Amortização	Software
Saldo em 31.12.10	(3.198)
Amortização	(852)
Baixas	11
Saldo em 31.12.11	(4.039)
Adições	(788)
Baixas	147
Saldo em 30.09.12	(4.680)
Saldo líquido em 31.12.11	2.167
Saldo líquido em 30.09.12	2.927

Movimentação – Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.10	-	19.624	8.452	28.076
Adições	20.000	276	-	20.276
Saldo em 31.12.11	20.000	19.900	8.452	48.352
Adições	-	1.662	-	1.662
Baixas (a)	(1.668)	(181)	-	(1.849)
Saldo em 30.09.12	18.332	21.381	8.452	48.165

Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	
Saldo em 31.12.10		(16.872)	(517)	(17.389)
Amortização		(853)	-	(853)
Saldo em 31.12.11	-	(17.725)	(517)	(18.242)
Amortização	-	(788)	-	(788)
Baixas	-	166	-	166
Saldo em 30.09.12	-	(18.347)	(517)	(18.864)

Saldo líquido em 31.12.10	-	2.752	7.935	10.687
Saldo líquido em 31.12.11	20.000	2.175	7.935	30.110
Saldo líquido em 30.09.12	18.332	3.034	7.935	29.301

16. FORNECEDORES

14. 16.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Fornecedores - matéria prima	57.372	59.981	57.722	61.121
Fornecedores - transportes	17.068	13.592	17.138	13.592
Fornecedores - exterior	249	2.613	252	2.616
Total	74.689	76.186	75.112	77.329

16.2. Por vencimento

Intervalo	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
A vencer	62.686	62.735	62.902	63.878
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.701	11.506	8.721	11.506
De 31 a 60 dias	1.628	1.021	1.628	1.021
De 61 a 90 dias	478	153	478	153
Acima de 90 dias	1.196	771	1.383	771
	74.689	76.186	75.112	77.329

17 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Salários a pagar	-	77	196	77
Provisão de férias e 13º Salário	16.661	10.637	16.661	10.648
Encargos sociais a pagar	2.948	2.849	2.951	2.869
Total	19.609	13.563	19.808	13.594

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Controladora		Consolidado	
		30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
<u>Em moeda estrangeira:</u>					
Euro					
Financiamento de Insumos - (FINIMP)	5,97	-	2.223	-	2.223
Dólar norte-americano					
Financiamento de Insumos - (FINIMP)	3,76	-	5.562	-	5.562
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	7,06	304	4.639	304	4.639
<u>Em moeda local:</u>					
Arrendamento Mercantil	14,08	1.099	2.006	1.099	2.006
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	7,95	16.282	19.726	22.779	23.850
Capital de giro	13,34	105.532	76.260	105.533	88.445
Total		123.217	110.416	129.715	126.725
Circulante		66.494	71.436	67.304	84.609
Não circulante		56.723	38.980	62.411	42.116

Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
2.013	14.352	27.753	14.501	28.801
2.014	31.784	9.883	32.698	10.927
após 2.014	10.587	1.344	15.212	2.388
Total	<u>56.723</u>	<u>38.980</u>	<u>62.411</u>	<u>42.116</u>

19 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante		Não circulante	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.389	2.326	4.904	6.520
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.015	2.015	8.668	10.172
Parcelamentos - Outros	1.804	453	7.815	3.326
Parcelamento - Refis IV (a)	40.480	38.317	113.906	136.435
IRPJ/CSL	12.352	7.146	-	-
ICMS a Pagar	6.581	4.560	-	-
IPI a Pagar	5.276	5.159	-	-
ISS a Pagar	136	122	-	-
PIS/COFINS a Pagar	2.740	2.525	-	-
CPMF a Pagar	-	-	10.671	10.425
Diversos	1.124	1.538	-	-
Total	<u>74.897</u>	<u>64.161</u>	<u>145.964</u>	<u>166.878</u>

19.2. Consolidado

	Circulante		Não circulante	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.389	2.326	4.904	6.520
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.015	2.015	8.668	10.172
Parcelamentos - Outros	1.804	453	7.815	3.325
Parcelamento - Refis IV (a)	40.639	38.651	113.968	136.594
IRPJ/CSL	12.397	6.892	-	-
ICMS a Pagar	6.632	4.560	-	-
IPI a Pagar	5.276	5.159	-	-
ISS a Pagar	141	122	-	-
PIS/COFINS a Pagar	2.776	3.109	-	-
CPMF a Pagar	113	113	10.671	10.424
Diversos	13.352	13.621	-	-
Total	87.534	77.021	146.026	167.035

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”.

A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foi objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado contabilmente da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários da Bombril eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” está sendo discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, cuja probabilidade de êxito é apontada pelos assessores jurídicos como possível, sendo mantida a provisão do valor integral dos referidos débitos até decisão final.

Os valores da dívida perante a RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no exercício findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no exercício findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos		41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 30.09.12	3.339	3.141
(-) Pagamentos no período findo em 30.09.12	(23.705)	(23.779)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 30.09.12	154.386	154.607

IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que

representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 30 de setembro de 2012 é de R\$7.292 (R\$ 8.846 em 31 de dezembro de 2011), os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 10.683 (R\$ 12.187 em 31 de dezembro de 2011), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições do mesmo. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1. Composição do resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	(5.524)	(2.049)	(5.607)	(2.307)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL corrente	7.215	8.469	8.469	9.663
Total - IRPJ / CSLL	1.691	6.420	2.862	7.356

Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
	reapresentado		reapresentado	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(26.792)	(25.158)	(28.617)	(28.787)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34% (2009: 34%)	9.109	8.554	9.730	9.788
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	(2.703)	(458)	(3.734)	(1.419)
Equivalência patrimonial	(5.654)	(2.576)	-	-
Outros	939	900	(180)	979
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	(2.978)	(2.081)
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	-	24	89
Receita /(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	1.691	6.420	2.862	7.356
Alíquota Efetiva	-6,3%	14,7%	-10,0%	14,9%

20.2. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Controladora

Ativo diferido	01.01.2011	Reconhecido no resultado	31.12.2011	Reconhecido no resultado	30.09.2012
	Reapresentado				
Prejuízo fiscal e base negativa	3.757	(2.809)	948	(948)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidos	270	2	272	483	755
contingências tributárias	10.269	(1.560)	8.709	(673)	8.036
contingências cíveis	4.782	(1.351)	3.431	950	4.381
contingências trabalhistas	1.444	2.507	3.951	576	4.527
Participação no lucros	246	133	379	931	1.310
Outras contas a pagar	1.246	(319)	927	(329)	598
Provisão para perdas de créditos	1.559	849	2.408	441	2.849
Provisão para perda nos estoques:	518	(358)	160	(29)	131
Outros:	3.418	(326)	3.092	(1.018)	2.074
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	27.509	(3.232)	24.277	384	24.661
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(67.188)	10.585	(56.603)	7.099	(49.504)
Deemed cost	(1.429)	132	(1.297)	163	(1.134)
Amortização do ágio	(578)	(572)	(1.150)	(431)	(1.581)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(69.195)	10.145	(59.050)	6.831	(52.219)
Imposto Diferido Líquido	(41.686)	6.913	(34.773)	7.214	(27.558)

Consolidado

Ativo diferido	01.01.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2011	Reconhecido no resultado	30.09.2012
	Reapresentado				
Prejuízo fiscal e base negativa	3.757	(2.809)	948	(948)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidos	270	2	272	483	755
contingências tributárias	10.269	(1.560)	8.709	(673)	8.036
contingências cíveis	4.782	(1.351)	3.431	950	4.381
contingências trabalhistas	1.444	2.507	3.951	576	4.527
Participação no lucros	246	133	379	931	1.310
Outras contas a pagar	1.246	(319)	927	(329)	598
Provisão para perdas de créditos	1.559	849	2.408	441	2.849
Provisão para perda nos estoques:	518	(358)	160	(29)	131
Outros:	3.418	(326)	3.092	(1.018)	2.074
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	27.509	(3.232)	24.277	384	24.661
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(67.188)	10.585	(56.603)	7.099	(49.504)
Reavaliação (Mercosul)	(21.849)	970	(20.879)	794	(20.085)
Deemed cost	(38.789)	752	(38.037)	625	(37.412)
Amortização do ágio	(575)	(575)	(1.150)	(431)	(1.581)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(128.401)	11.732	(116.669)	8.087	(108.582)
Imposto Diferido Líquido	(100.892)	8.500	(92.392)	8.469	(83.921)

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária aprovados pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	30.09.12
2012	7.720
2013	9.942
2014	6.999
	24.661

As projeções dos lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas em vista às incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs), incluindo aqueles adotados no exercício de 2008 (CPC 01 a CPC 15) e os novos pronunciamentos a partir de 01 de janeiro de 2009.

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Benefícios a empregados	6.747	3.419	6.760	3.419
Perdas com investimentos em Controladas	3.342	-	-	-
Honorários advocatícios	12.609	12.226	12.609	12.226
Outras	1.759	2.755	1.759	2.755
Total	24.457	18.400	21.128	18.400
Circulante	8.506	6.174	8.519	6.174
Não Circulante	15.951	12.226	12.609	12.226

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Comerciais	21.677	6.940	21.678	6.940
Energia Elétrica	1.114	1.061	1.114	1.061
Outras	310	213	3.398	1.036
Total	23.101	8.214	26.190	9.037

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 30 de setembro de 2012, estão provisionados os montantes de R\$ 79.955 (controladora) e de R\$ 81.591 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 30 de setembro de 2012, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Trabalhistas	13.313	11.620	13.764	12.112
Cíveis	54.423	51.631	55.556	53.470
Fiscais	12.219	14.581	12.271	14.633
Total	79.955	77.832	81.591	80.215

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.10	4.246	58.083	18.329	80.658	4.696	59.399	26.277	90.372
Constituição de provisão	7.970	5.157	10.332	23.459	7.858	5.680	10.510	24.048
Baixas	(596)	(11.609)	(14.080)	(26.285)	(442)	(11.609)	(22.154)	(34.205)
Saldo em 31.12.11	11.620	51.631	14.581	77.832	12.112	53.470	14.633	80.215
Constituição de provisão	2.949	3.463	4.180	10.592	2.949	3.292	4.180	10.421
Baixas	(1.256)	(671)	(6.542)	(8.469)	(1.297)	(1.206)	(6.542)	(9.045)
Saldo em 30.09.12	13.313	54.423	12.219	79.955	13.764	55.556	12.271	81.591

Contingências Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$202.549, sendo R\$153.949 possível e R\$48.600 provável. O montante de R\$48.600 considerado como provável em 30 de setembro de 2012 (R\$ 46.970 em 31 de dezembro de 2011) encontra-se devidamente provisionados nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$3.774.150 em 30 de setembro de 2012 (R\$3.457.996 em 31 de dezembro de 2011). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Trabalhistas	8.286	6.299	8.286	6.299
Cíveis	187.771	180.706	188.137	181.181
Fiscais	3.553.290	3.263.281	3.577.727	3.270.516
Total	<u>3.749.347</u>	<u>3.450.286</u>	<u>3.774.150</u>	<u>3.457.996</u>

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.332.117 (atualizados em 30 de setembro de 2012), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 377.593 relativos ao ano de 1998, R\$ 373.284 relativos ao ano de 1999, R\$ 1.916.949 relativos ao ano de 2000 e R\$ 664.291 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 22 de junho de 2012, a Companhia foi intimada acerca dos Mandados de Penhora e Avaliação dos Oficiais de Justiça e, em 29 de junho de 2012, apresentou Impugnação ao Laudo dos Oficiais. Atualmente aguarda-se a manifestação da Fazenda Nacional acerca da Impugnação da Companhia para posterior formalização da penhora sobre os bens oferecidos e recebimento dos Embargos. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ainda pendente de julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de

Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, atualmente os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão. Após, os autos retornarão à Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e atualmente aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003 a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012 foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia e em 30 de agosto de 2012 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Atualmente aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional para posterior remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O montante estimado, atualizado em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 482.263, sendo R\$ 175.975 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 306.388 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 23.725 mil em 30 de setembro de 2012 consolidado (R\$ 22.328 em 31 de dezembro de 2011) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 31.889 ações preferenciais, em 30 de setembro de 2012, equivalentes a 31.889 ADR's, representando 0,06% do capital total.

24.3. Reserva de reavaliação

Em 30 de setembro de 2012, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 38.989 (R\$ 40.529 em 31 de dezembro de 2011).

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Receita bruta	971.886	849.532	973.705	849.532
(-) Devoluções	(31.632)	(26.946)	(31.759)	(26.946)
(-) Impostos s/receita	(226.486)	(204.285)	(226.264)	(203.671)
Total	<u>713.768</u>	<u>618.301</u>	<u>715.682</u>	<u>618.915</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro líquido apurado em 30 de setembro de 2012 e 30 de junho de 2011 aos montantes utilizados no cálculo do lucro por ação básico e diluídos:

	<u>30/09/2012</u>			<u>30/09/2011</u>		
	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>
Numerador						
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	(9.286)	(15.815)	(25.101)	-6.932	-11.806	-18.738
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro por ação (R\$) – Básico	(0,46)	(0,46)		-0,35	-0,35	
Lucro por ação (R\$) – Diluído	(0,46)	(0,46)		-0,35	-0,35	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia não possui outros instrumentos com potencial efeito diluidor. Por esse motivo, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

Adicionalmente, a Companhia não detém outros instrumentos que não foram considerados no cálculo do lucro por ação diluído por terem seus efeitos anti-diluidores.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Insumos	(252.455)	(221.326)	(252.678)	(215.076)
Despesas com pessoal	(121.705)	(110.195)	(123.345)	(111.281)
Energia elétrica	(17.938)	(7.611)	(18.029)	(7.619)
Manutenção	(5.889)	(8.302)	(5.892)	(8.460)
Depreciação e amortização	(11.953)	(7.355)	(14.663)	(16.017)
Despesas com promoção de vendas	(86.696)	(63.921)	(87.877)	(63.921)
Despesas com propaganda e marketing	(15.248)	(36.453)	(15.875)	(36.884)
Despesas de aluguéis	(10.108)	(7.958)	(7.436)	(5.552)
Despesas com fretes	(65.535)	(59.010)	(65.809)	(59.015)
Outras despesas	(69.008)	(58.731)	(77.583)	(70.025)
	<u>(656.535)</u>	<u>(580.862)</u>	<u>(669.187)</u>	<u>(593.850)</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Custo dos produtos vendidos	(397.973)	(344.382)	(400.329)	(350.639)
Despesas com vendas	(222.981)	(203.648)	(224.884)	(204.741)
Despesas administrativas	(35.581)	(32.832)	(43.974)	(38.470)
	<u>(656.535)</u>	<u>(580.862)</u>	<u>(669.187)</u>	<u>(593.850)</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	30.09.12			30.09.11		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado
Receita líquida de vendas	715.682	-	715.682	618.915	-	618.915
Custo dos produtos vendidos	(400.195)	(134)	(400.329)	(349.347)	(1.292)	(350.639)
Lucro bruto	315.487	(134)	315.353	269.568	(1.292)	268.276
Despesas com vendas	(224.884)	-	(224.884)	(204.741)	-	(204.741)
Despesas Administrativas	(41.073)	(2.901)	(43.974)	(35.807)	(2.663)	(38.470)
Outras despesas (receitas) líq.	(14.293)	787	(13.506)	9.728	(624)	9.104
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	35.237	(2.248)	32.989	38.748	(4.579)	34.169
Receitas financeiras	3.618	93	3.711	3.937	236	4.173
Despesas financeiras	(30.672)	(3.093)	(33.765)	(26.917)	(4.325)	(31.242)
Variação cambial, líquida	(31.552)	-	(31.552)	(35.887)	-	(35.887)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(23.369)	(5.248)	(28.617)	(20.119)	(8.668)	(28.787)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.565)	(42)	(5.607)	(2.227)	(80)	(2.307)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.469	-	8.469	9.663	-	9.663
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(20.465)	(5.290)	(25.755)	(12.683)	(8.748)	(21.431)

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado e categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	30.09.12			31.12.11		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total
Ativos totais	624.174	74.691	698.865	601.303	83.926	685.229
Passivos totais	634.932	63.933	698.865	646.778	38.451	685.229
Depreciação e amortização	17.250	6	17.256	22.451	8	22.459
Aquisição do imobilizado	13.052	-	13.052	35.665	-	35.665

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Juros sobre empréstimos	(12.528)	(6.715)	(13.596)	(8.145)
Juros sobre operações de terceiros	(528)	(553)	(2.813)	(3.306)
Juros sobre impostos parcelados	(14.476)	(17.376)	(14.536)	(17.642)
Encargos bancários	(2.785)	(2.052)	(2.819)	(2.149)
Receitas financeiras	3.588	3.873	3.711	4.173
Variação cambial líquida	(26.341)	(39.770)	(31.553)	(35.887)
Total	<u>(53.070)</u>	<u>(62.593)</u>	<u>(61.606)</u>	<u>(62.956)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em

instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Dívida	123.217	110.416	129.714	126.725
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.836)</u>	<u>(16.779)</u>	<u>(28.967)</u>	<u>(22.196)</u>
Dívida líquida	95.381	93.637	100.747	104.529

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Controladora						
		Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u>	Menos de 1 mês <u>R\$</u>	De 1 a 3 meses <u>R\$</u>	De 3 meses a 1 ano <u>R\$</u>	De 1 a 5 anos <u>R\$</u>	Mais de 5 anos <u>R\$</u>	<u>Total</u> <u>R\$</u>
30 de setembro 2012		%						
Passivos de arrendamento financeiro	14,08		55	110	423	512	-	1.099
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	13,19		4.284	8.567	50.553	50.553	-	113.957
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,60		334	668	1.501	5.657		8.160
			4.672	9.345	52.477	56.723	-	123.217
31 de dezembro de 2011								
Passivos de arrendamento financeiro	16,78		95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,02		4.674	9.349	42.069	30.626	-	86.718
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,86		1.184	2.368	10.656	7.484		21.692
			5.953	11.906	53.577	38.980	-	110.416

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	14,08	55	110	423	512	-	1.099
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	13,16	4.362	8.723	51.079	50.553	-	114.718
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,85	351	701	1.501	10.133	1.212	13.897
		4.767	9.534	53.002	61.199	1.212	129.714
31 de dezembro de 2011							
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,03	4.755	21.696	42.798	31.151	-	100.400
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,27	1.185	2.371	10.668	10.095	-	24.319
		6.035	24.256	54.318	42.116	-	126.725

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui depósitos a vista e caixa) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,42	17.180	131	2.817	4.923	3.611	28.663
		17.180	131	2.817	4.923	3.611	28.663
31 de dezembro 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	10,86	14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
		14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,42	17.396	131	2.817	5.433	3.611	29.389
		17.396	131	2.817	5.433	3.611	29.389
31 de dezembro 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	10,86	19.010	8.625	2.948	6.363	-	36.946
		19.010	8.625	2.948	6.363	-	36.946

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa n.º.3 destas informações contábeis intermediárias.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado-				
Caixa e saldos de bancos	10.656	16.779	11.571	22.196
Títulos e Valores Mobiliários	11.483	17.380	11.993	17.936
Contas a Receber	160.574	142.465	162.146	144.548
Outras Contas a Receber	4.010	4.359	4.478	4.910
Passivos financeiros				
Contas a Pagar	74.689	76.186	75.112	77.329
Empréstimos e Financiamentos	123.217	110.416	129.714	126.725

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dolar. Em 30 de setembro de 2012, os principais saldos atrelados a moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Eurobonds	361.667	337.190	-	
Finimp	-	2.223	-	2.223
	<u>361.667</u>	<u>339.413</u>	<u>-</u>	<u>2.223</u>
Valores a pagar de terceiros	23.471	21.378	23.471	21.378
	<u>23.471</u>	<u>21.378</u>	<u>23.471</u>	<u>21.378</u>
Fornecedores	402	2.613	402	2.613
Finimp		5.562	-	5.562
ACC	304	4.639	304	4.639
	<u>706</u>	<u>12.814</u>	<u>706</u>	<u>12.814</u>

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço. A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio sobre os saldos em 30 de setembro de 2012 seria uma despesa ou receita financeira de R\$38.584 na controladora, quando e caso ocorresse a valorização ou desvalorização da moeda (R\$ 2.418 no consolidado).

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro do período em 30 de setembro 2012 diminuiria/aumentaria em R\$ 2.673 (redução/aumento de R\$2.555 em dezembro 2011). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM no 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM no 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Passivos em Euro	Valorização do Euro		
Passivos em Euribor	Valorização do Euribor	5.868	11.736
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	177	353
Exposição líquida		6.045	12.089

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	4.015	8.029
Exposição líquida		4.015	8.029

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso

mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

30/9/12						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado-	-	17.180	-	-	17.396	-
Mantidos para negociação	-	17.180	-	-	17.396	-
Total:	-	17.180	-	-	17.396	-
31/12/11						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado-	-	14.037	-	-	19.010	-
Mantidos para negociação	-	14.037	-	-	19.010	-
Total:	-	14.037	-	-	19.010	-

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

Controladora				
		30/09/12		31/12/11
		Valor	Valor	Valor
		Contábil	Justo	Contábil
Ativos financeiros				Valor Justo
Caixa e saldos de bancos		10.656	10.656	2.742
Aplicações Financeiras		17.180	17.180	14.037
Títulos mantidos até o vencimento		11.483	11.483	17.380
		<u>39.319</u>	<u>39.319</u>	<u>34.159</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos		123.217	123.217	110.416
		<u>123.217</u>	<u>123.217</u>	<u>110.416</u>
Consolidado				
		30/09/12		31/12/11
		Valor	Valor	Valor
		Contábil	Justo	Contábil
Ativos financeiros				Valor Justo
Caixa e saldos de bancos		11.571	11.571	3.186
Aplicações Financeiras		17.396	17.396	19.010
Títulos mantidos até o vencimento		11.993	11.993	17.936
		<u>40.960</u>	<u>40.960</u>	<u>40.132</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos		129.714	129.714	126.725
		<u>129.714</u>	<u>129.714</u>	<u>126.725</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas informações contábeis intermediárias pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa e títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 30 de setembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia era de R\$674.627 (R\$612.553 em 2011), composta da seguinte forma: Prédios R\$109.787 (R\$106.866 em 2011); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$277.841(R\$246.473 em 2011); Mercadorias e Matérias-Primas R\$53.089 (R\$44.497 em 2011); Lucro Cessantes R\$233.909 (R\$214.716 em 2011). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria de revisão especial das informações trimestrais (ITR) individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$432.997 em 30 de setembro de 2012, sendo que R\$46.581 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$386.416 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.
